

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.732 - PR (2019/0255684-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE** : MARLEI DE FATIMA MARCANTE  
**ADVOGADOS** : VICTOR HUGO TRENNEPOHL - PR033985  
FÁBIO ADONIRAN PAGLIOSA - PR021148  
**AGRAVADO** : ESTADO DO PARANÁ  
**PROCURADOR** : ROBERTO BENGHI DEL CLARO E OUTRO(S) - PR031448  
**AGRAVADO** : FUNDAÇÃO FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU -  
VIZIVALI  
**ADVOGADO** : AUGUSTO BECKER - RS093239  
**AGRAVADO** : UNIÃO

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto (art. 105, III, "a", da Constituição) contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (fl. 1.760, e-STJ):

JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TEMA 928 DO STJ. VIZIVALI. RECUSA DE REGISTRO DE DIPLOMA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ADEQUAÇÃO DO JULGADO AO DECIDIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CPC-73, ART. 543-C, § 7º, II; CPC-2015, ART. 1040, II.

Tendo o acórdão deste órgão fracionário do Tribunal contrariado o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de Recurso Especial Repetitivo quanto à questão objeto do Tema 928, procede-se à devida adequação do julgado para afastar a condenação do Estado do Paraná ao pagamento de indenização por dano moral e material, porque descabe falar na condenação desse ente no caso de estagiário.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados.

Apresentadas as contrarrazões, sobreveio o juízo de admissibilidade negativo da instância de origem (fls. 1.881-1.882, e-STJ), o que deu ensejo à interposição do presente Agravo.

É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos ingressaram neste Gabinete em 8.11.2019.

O Tribunal de origem não conheceu do Recurso Especial sob o fundamento de existência de entendimento desta Corte, proferido em acórdão que julgou o Recurso Especial sob o rito dos recursos repetitivos, contrário às pretensões do agravante.

É pacífico o posicionamento no STJ de que o recurso cabível contra decisão que nega seguimento ao Recurso Especial, cujo julgamento foi submetido ao rito dos Recursos Repetitivos, com fulcro no art. 1.030, I, "b", do CPC, é o Agravo Interno, constituindo erro grosseiro a interposição de Agravo em Recurso Especial. Dessarte, mostra-se inviável a aplicação do Princípio da Fungibilidade.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE REALIZADO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MINUTA QUE NÃO CONFRONTA A INTEGRALIDADE DA MOTIVAÇÃO ADOTADA NA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. DESATENDIMENTO DO ÔNUS DA DIALETICIDADE. ERRO GROSSEIRO. REFUTAÇÃO DE FUNDAMENTO VINCULADO A RECURSO REPETITIVO.

1. As razões deduzidas na minuta do agravo previsto no art. 1.042 do CPC/2015 devem impugnar a totalidade dos motivos adotados no juízo de admissibilidade feito na instância ordinária, pena de desatenção ao ônus da dialeticidade. Jurisprudência do STJ.

2. A teor do referido preceito legal, descabe a interposição do agravo em recurso especial quanto a capítulo decisório fundado na aplicação de entendimento firmado em regime de recursos repetitivos, o recurso correto sendo o agravo interno, nos termos do art. 1.030, inciso I, alínea "b" e § 2.º, do CPC/2015, constituindo erro grosseiro a opção pelo agravo em recurso especial. Precedentes.

3. Agravo em recurso especial não conhecido.

(AREsp 1.108.347/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 28/8/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NO ART. 1.030, I, "B", DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO GROSSEIRO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE.

1. Conforme consta do Enunciado Administrativo n. 3, do Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. Nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, cabe agravo interno contra decisão do presidente ou vice-presidente da Corte de origem que negar seguimento a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com o entendimento do STJ fixado em regime de recursos repetitivos.

4. Inaplicável, portanto, o princípio da fungibilidade e a determinação de retorno dos autos à Corte de origem para julgar o recurso como agravo interno, tendo em vista a configuração de erro grosseiro.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 967.166/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/10/2017).

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE RECURSAL COM FUNDAMENTO NO REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS. CABIMENTO DE AGRAVO INTERNO. ART. 1.030, § 2º, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Consoante o disposto no art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, é cabível agravo interno contra a decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido que nega seguimento a recurso especial.

2. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.079.262/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 26/10/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO COM BASE EM JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO. AGRAVO INTERNO. CABIMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. NÃO APLICAÇÃO.

1. O recurso cabível contra a decisão que nega seguimento a recurso especial com base em julgamento de recurso repetitivo é o agravo interno.

2. Tendo sido a decisão que não admitiu o recurso especial publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, mostra-se manifestamente incabível o manejo do recurso previsto no artigo 1.042 do novo CPC/2015, sendo inviável a aplicação do princípio da fungibilidade.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.447.394/AP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 12/6/2019).

Com essas considerações, **não conheço do Agravo em Recurso Especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator